



CPI começa hoje a investigar espionagem dos Estados Unidos

Com 11 titulares e 7 suplentes, comissão vai apurar quais empresas de telecomunicação no Brasil colaboraram na transferência de dados sigilosos

Denúncia de que o governo americano monitorou milhões de e-mails e telefonemas no Brasil motivou criação da comissão parlamentar de inquérito que deve ser instalada hoje. Jornalista norte-americano

Glenn Greenwald, que vive no Rio de Janeiro e já falou à Comissão de Relações Exteriores do Senado, afirma que documentos a serem divulgados têm informações estratégicas sobre a política e o comércio do Brasil.

Ontem, em Plenário, senadores falaram sobre a notícia de que a presidente Dilma Rousseff e assessores dela teriam sido vítimas diretas da espionagem, conforme divulgado pelo programa *Fantástico*, da Rede Globo. **8**

especial Cidadania

Crédito fácil pode virar a tormenta do aposentado

Comemorado pelos beneficiários da Previdência na época da implantação, em 2004, o empréstimo consignado a aposentados e pensionistas vem mostrando que o crédito com juro baixo e prazo longo tem seu lado cruel: abusos, assédio de instituições

e fraudes são cada vez mais comuns, levando boa parte de idosos a comprometer a totalidade dos benefícios com as prestações, muitas vezes assumidas em favor de alguém da família. Confira os cuidados necessários para evitar dor de cabeça. **4 e 5**



Posto do INSS na Delegacia do Idoso, em Teresina: proteção contra abusos

Conselho de Comunicação institui grupos temáticos 2

Formalismo em excesso emperra licitações, dizem debatedores 3

Uso de arma por agente penitenciário gera polêmica 7



Presidente do Senado, Renan Calheiros (D), participa de encontro da Associação dos Municípios Alagoanos

Renan: estímulo a etanol deve ser antecipado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem em Alagoas que a presidente Dilma Rousseff quer antecipar a sanção de projeto de lei que dá benefícios

tributários à produção de etanol. Ele também anunciou que vai buscar junto ao governo uma saída para as dívidas dos produtores rurais da área da Sudene. **6**

Plenário vota em duas semanas PEC sobre perda de mandato 2

Minirreforma eleitoral deve ser analisada amanhã 2



Ao lado de Collor, Moreira Franco apresenta propostas do governo para aviação

Passageiro tem de ser tratado como cliente, diz ministro

Durante ciclo de debates na Comissão de Infraestrutura, Moreira Franco admitiu precariedade dos

serviços nos aeroportos brasileiros e disse que melhoria necessária independente dos grandes eventos **3**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Início do tratamento de câncer em até 60 dias | Lei 12.732/2012

Quem tem uma vida pela frente não pode perder tempo

O Congresso aprovou a lei que dá direito a pessoas diagnosticadas com câncer iniciarem o tratamento em até 60 dias.

É o Parlamento trabalhando por uma saúde pública de qualidade.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei



PEC sobre parlamentar condenado será votada logo

De acordo com Renan, proposta que determina perda automática de mandato de quem for condenado em definitivo será votada pelo Senado ainda neste mês; hoje haverá mais uma sessão de discussão

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, disse que até o final deste mês a Casa concluirá a votação da proposta que determina a perda automática do mandato de parlamentar após condenação definitiva (PEC 18/2013).

Renan lembrou, durante encontro de prefeitos na Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), que o Senado fará esforço concentrado na semana que vai de 16 a 20 de setembro para analisar, entre outros itens, a PEC 18, que já começou a ser discutida.

Está marcada para hoje a segunda sessão de debate, em primeiro turno, da proposta que determina que a cassação do mandato seja imediata, mediante comunicação do Poder Judiciário, após o chamado trânsito em julgado (quando não é mais possível recorrer da decisão judicial).

— Não tem mais sentido, absolutamente nenhum sentido, que se tenha um parlamentar que teve um julgamento que transitou em julgado, que foi condenado pela última instância do Judiciário, e continue a



Segundo Renan, PEC 18/2013 deverá ser votada no esforço concentrado

exercer um mandato. Infelizmente, a Constituição permite isso — lamentou Renan, em referência ao caso do deputado Natan Donadon (PMDB-RO), condenado pelo Supremo Tribunal Federal por peculato e formação de quadrilha e preso em Brasília.

Renan lembrou que a PEC 86/2007, que acaba com o voto secreto nos processos de cassação, está parada na Câmara há quase um ano. Para ele, a proposta precisa ser aprovada.

Gurgacz: sociedade quer aprovação da proposta

Acir Gurgacz (PDT-RO) cobrou a aprovação da PEC 18/2013, que torna a cassação de mandato imediata após condenação definitiva de parlamentar.



Waldemir Barreto/Agência Senado

O senador disse que a sociedade ficou indignada com a manutenção, pela Câmara, do mandato do deputado Natan Donadon. Os brasileiros, disse, cobram uma “ação rápida e imediata” do Congresso.

Ontem, o ministro Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liminar suspendendo a decisão da Câmara. No entendimento de Barroso, o deputado está condenado a regime fechado por tempo superior ao resto da legislatura, o que implicaria perda automática do mandato.

Conselho de Comunicação terá 5 comissões

O Conselho de Comunicação Social do Congresso criou ontem cinco comissões para analisar as recentes revoluções no setor e buscar a modernização da atual legislação.

As comissões são voltadas para discutir a criação de um novo marco regulatório da comunicação, a tecnologia da informação, a liberdade de expressão, publicidade e conteúdo.

Os coordenadores de cada comissão levarão ao próximo encontro, marcado para 7 de outubro pelo presidente do conselho, dom Orani Tempesta, a lista com os temas prioritários. Os casos de sobreposição serão definidos em votação pelos conselheiros.

Para Celso Schröder, representante dos jornalistas,



Dom Orani Tempesta preside reunião do Conselho de Comunicação

discutir um marco regulatório para o setor é uma obrigação.

— Não tem como fugirmos ao debate que está sendo pautado no país, no sentido de constituirmos um marco regulatório. As empresas precisam disso para seus modelos de negócio. Estamos discutindo o

marco regulatório da internet como se fosse diferente do marco regulatório da comunicação social. Temos a obrigação de articulá-los — disse.

Durante o debate, os conselheiros lembraram que o órgão cumpre um papel consultivo, auxiliar e técnico em relação à temática, além de subsidiar o Congresso na votação de projetos relacionados ao setor.

Por isso, Ronaldo Lemos, representante da sociedade civil, defendeu que o colegiado deve assumir um papel relevante em relação à internet.

— Para tratar dessas questões e entender a repercussão que elas têm para a democracia, para a sociedade, para o setor privado, é preciso entender a fundo suas dimensões técnicas — afirmou.

Simon elogia protestos da juventude

Em discurso no Plenário ontem, Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou a participação da juventude em manifestações populares. O senador registrou que, para o próximo dia 7, quando será comemorada a Independência do Brasil, estão previstas várias manifestações por todo o país.

Ele destacou a iniciativa dos jovens nos protestos populares do mês de junho, mas lamentou que entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE) estejam muito ligadas ao governo.

Para Simon, o que a juventude quer é



Waldemir Barreto/Agência Senado

que a sociedade e a classe política façam sua parte. Ele pediu que os jovens acompanhem o trabalho do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF), que neste momento julga recursos do processo do mensalão.

Minirreforma eleitoral deverá ter análise final amanhã

Proposta de minirreforma eleitoral (PLS 441/2012) elaborada por Romero Jucá (PMDB-RR) deverá ser votada amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

No substitutivo, o relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), propõe novas exceções à regra que regulamenta a propaganda antecipada. Assim, ficariam livres dessa classificação — podendo ter cobertura dos meios de comunicação e das mídias sociais — a discussão de políticas públicas em eventos partidários, a realização e divulgação de prévias pelas

redes sociais e a manifestação e opinião pessoal sobre questões políticas em blogs, no Twitter e em outros espaços virtuais.

Raupp também propõe alteração na Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/1995) para que, se for comprovada a filiação a mais de um partido, a Justiça Eleitoral reconheça a validade da mais recente e determine o cancelamento das demais.

A minirreforma deverá receber decisão terminativa da CCJ. Se não houver recursos para votação pelo Plenário, seguirá direto para a Câmara.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 18h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Medidas provisórias

14h Na pauta, o Projeto de Lei de Conversão 18/2013, que muda o Plano de Carreiras do Magistério Federal, e a Medida Provisória 616/2013, que abre crédito extraordinário.

PRESIDÊNCIA Ordem do dia

16h O senador Renan Calheiros preside a ordem do dia; e, às 19h30, participa de lançamento do livro *Segredos do Conclave*, de Gerson Camarotti.

CCT Internet

8h15 O Marco Civil da Internet é tema de debate em audiência pública interativa. Entre os convidados, Maximiliano Martinião, secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações.

CMA Confinamento

8h30 A comissão analisa projeto que altera o Código de Defesa do Consumidor para vedar o uso de sistemas de cobrança que submetam o consumidor a confinamento compulsório em locais fechados.

CAE Dívidas estaduais

10h Na pauta, projeto para dedução no Imposto de Renda de despesas com material escolar. Às 10h30, audiência para debater a dívida de estados e municípios.

CE Dirigentes esportivos

11h Em análise, projeto que fixa regras de reeleição e de duração dos mandatos dos dirigentes de entidades esportivas. A comissão também avalia proposta que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para excluir dos limites de gastos o pagamento de professores com recursos do Fundeb.

CDH Libras

11h30 Votação de parecer pela transformação, em projeto de lei, de sugestão da sociedade que torna obrigatória a inserção da língua brasileira de sinais (Libras) no ensino básico.

CPI DA ESPIONAGEM Instalação

14h30 Instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Espionagem, com eleição do presidente e do vice-presidente.

CMO LDO

15h/18h A Comissão Mista de Orçamento reúne-se para discussão do relatório final sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014.

MANUAL Organização de eventos

18h30 Lançamento do *Manual de Organização de Eventos do Senado Federal*, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **8h15**, **audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**; e, às **11h**, **reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**. E, às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Moreira Franco apontou interiorização e competição entre aeroportos como medidas que devem aumentar a qualidade dos serviços

Governo trabalha para melhorar serviços nos aeroportos, diz ministro

O MINISTRO DA Secretaria de Aviação Civil, Moreira Franco, reconheceu ontem que a melhoria na qualidade dos serviços é o principal desafio brasileiro para o setor, independentemente da realização de eventos de grande porte, como a Copa do Mundo. O ministro disse que o passageiro deve ser tratado como um cliente.

— O nível de informação, de conforto, de mobilidade, de sinalização ainda é extremamente precário — afirmou.

Ele participou de audiência pública proposta pelo presidente da Comissão de Infraestrutura (CI), Fernando Collor (PTB-AL), dentro do ciclo de debates Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país.

Moreira Franco ressaltou que, nos últimos dez anos, a circulação de pessoas nos aeroportos triplicou e o Brasil passou a ser o segundo país em perspectiva de crescimento no setor. Destacou também a necessidade de adequação da estrutura aeroportuária ao crescimento da demanda e a ampliação da cobertura.

O ministro apontou ações do governo para melhorar o setor,

como o Programa de Aviação Regional, que tem o objetivo de interiorizar a aviação e estimular o crescimento econômico, e as concessões à iniciativa privada de diversos aeroportos, entre eles os de Brasília, Guarulhos e Campinas.

— É necessário que as obras físicas que se podem ver nesses três aeroportos melhorem a qualidade operacional. Precisamos de operadores de aeroportos que garantam qualidade, segurança e preço ao passageiro — disse.

Moreira Franco afirmou que a competição entre os

aeroportos vai significar muito para os passageiros, já que pressionará a Infraero para melhorar a qualidade do serviço.

— Até então, nós vivíamos em um ambiente monopolista em que as mudanças de avanços tecnológicos e operacionais não eram tão essenciais porque não havia competição, não havia concorrência — disse.

Indagado por Fernando Collor e Valdir Raupp (PMDB-RO) sobre o alto preço das passagens aéreas, o ministro culpou a alta carga tributária sobre o querosene de aviação nos voos nacionais, o que,

segundo ele, dificulta a concorrência do Brasil no mercado internacional e promove uma transferência de riqueza para o exterior.

Moreira Franco sugeriu à Comissão de Infraestrutura outros debates sobre o tema, entre eles a rediscussão do Código Brasileiro de Aeronáutica, que, segundo ele, não atende a realidade do país, e a questão da participação do capital estrangeiro nas empresas do setor. Nesse debate, continuou, seriam ouvidos não somente as grandes companhias aéreas, mas também as menores.



Moreira Franco, ao lado de Collor, debate gerenciamento da aviação civil em ciclo de audiências da Comissão de Infraestrutura

Aprovação da MP dos Portos é só o primeiro passo, afirma Paim

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que a aprovação da Medida Provisória 595/2012 (MP dos Portos) foi um passo importante para a modernização dos portos brasileiros, mas ressaltou que ainda há outros desafios que precisam ser enfrentados.

Segundo Paim, o setor portuário enfrenta problemas de infraestrutura, operacionais e administrativos que não serão resolvidos só com a MP. O senador explicou que os portos brasileiros não contam com acesso ferroviário e rodoviário adequado.

— No Brasil, o custo médio é de US\$ 200 por contêiner, um dos mais caros do mundo. Na Europa, de US\$ 100. Na Ásia, US\$ 75.

Raupp cobra verbas para recuperação de rodovia em Rondônia

Valdir Raupp (PMDB-RO) citou a audiência da Comissão de Agricultura (CRA) em Rondônia, no último fim de semana, para debater melhorias ao setor no estado. Na audiência, foi apontada a necessidade de obras de infraestrutura em Guajará-Mirim, fronteira com Bolívia, a exemplo do que tem sido feito em Manaus, Macapá e outras áreas de livre comércio. O senador ressaltou que a BR-425, rodovia por onde semanalmente circulam centenas de carretas, está danificada, sem recuperação por parte da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)



Waldemir Boreto/Agência Senado

Excesso de formalismo atrapalha licitações, avaliam especialistas

O excesso de formalismo nas licitações foi criticado ontem por especialistas em audiência pública na comissão temporária que estuda a modernização da Lei 8.666/1993, que trata das aquisições e contratos feitos pelo governo. A comissão pretende estudar sugestões para elaborar a minuta de um novo projeto. A lei em vigor já teve mais de 600 propostas de mudanças, sendo 518 projetos da Câmara, 157 do Senado e 50 medidas provisórias.

O sócio da Pricewaterhouse Coopers, Gileno Gurjão Barreto, disse que o excesso de formalismo provoca perda de tempo com a exigência de documentos desnecessários. Ele defendeu a indenização

pela não conclusão de obra, com adoção de seguro, desde que houvesse abertura maior a seguradoras internacionais. Ele propôs que a negociação do pregão eletrônico possa ser estendida a outras modalidades de contratação, dentro de parâmetros predeterminados.

Para o especialista sênior em aquisições do Banco Mundial Carlos Bouza, um orçamento bem feito sempre ajuda a chegar ao orçamento estimado. Já o seu colega de instituição, Frederico Rabelo, também especialista em aquisições, frisou que o único caminho hoje de contratação de alta qualidade ocorre pela inexigibilidade de licitação, que chega a 90% no ramo

das consultorias. Segundo ele, uma legislação adequada poderia garantir um processo competitivo de qualidade.

Para o ex-deputado Luis Roberto Ponte, autor do projeto que deu origem à Lei 8.666/1993, é preciso elaborar uma norma que previna a adoção de critérios subjetivos, como forma de evitar irregularidades nas compras públicas.

Cadastro nacional

A representante da Confederação Nacional dos Municípios, Juliana dos Santos Loiola, sugeriu a criação de um cadastro nacional de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a administração pública, o que resguardaria

o prefeito de empresas interessadas em burlar o sistema.

Já o secretário da Fazenda de Salvador, Mauro Ricardo Machado Costa, apontou dificuldades para conciliar interesses privados e do governo nas licitações e ressaltou que a deficiência para o administrador especificar o bem leva ao encarecimento futuro da obra.

Para o chefe de gabinete do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Ricardo Leite Ribeiro, o aperfeiçoamento da lei deve desestimular a prática de cartéis.

O diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação, Edmundo Oliveira, disse que as aquisições “não podem servir para beneficiar os amigos do rei” e cobrou eficiência nas licitações.

A comissão é presidida por Vital do Rêgo (PMDB-PB) e tem como relatora Kátia Abreu (PSD-TO), que agradeceu as sugestões e ressaltou que, muitas vezes, a dispensa de licitação chega a ser mais complexa que a própria licitação. O relator-revisor, Waldemir Moka (PMDB-MS), disse que o excesso de formalismo prejudica até quem tem boa-fé.



Vital do Rêgo (3º à esq.) e Kátia Abreu ouvem o ex-deputado Luis Roberto Ponte, autor do projeto, em meio a especialistas

Figueiró defende gratificação a policial rodoviário de fronteira

Ruben Figueiró (PSDB-MS) defendeu a adoção de medidas para a valorização da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Ele citou o PLC 47/2013, que institui a indenização de fronteira a servidores da Receita Federal, da Polícia Federal e da PRF. O projeto depende da sanção presidencial.

— Acolher as inúmeras e justas reivindicações dos policiais rodoviários não é privilegiar a categoria, mas contribuir para a melhoria dos serviços prestados ao Brasil por servidores da mais elevada qualidade e importância.



Waldemir Boreto/Agência Senado

Pesquisas mostram que os idosos brasileiros ainda estão despreparados para lidar com essa modalidade de empréstimo, que tem as parcelas descontadas diretamente da folha de pagamento; os principais problemas decorrentes do consignado são os endividamentos excessivos e as fraudes cometidas por quadrilhas

As armadilhas do crédito consignado

Cintia Sasse

COM TAXAS DE juros entre as mais baixas do mercado, prazos dilatados e pouca burocracia na contratação, o empréstimo consignado tornou-se uma das modalidades favoritas dos brasileiros. Adotado no final de 2003, no governo Lula, inicialmente apenas para os que estivessem na ativa, o consignado — que autoriza o desconto na folha de pagamento — foi estendido aos aposentados e pensionistas no ano seguinte, com a dedução direta no valor dos benefícios.

A facilidade foi comemorada pelos beneficiários da Previdência. Na época, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrava que 40% das famílias eram sustentadas por idosos, a maioria com proventos de até dois salários mínimos. Porém, com o acesso ao crédito, vieram os abusos, o assédio das instituições financeiras e as fraudes.

Em julho, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) mudou as regras de contratação do consignado para tentar evitar fraudes



Atendimento numa agência da Previdência Social em Ceilândia (DF): com relativa facilidade, beneficiários conseguem obter empréstimos consignados com juros baixos

e endividamentos excessivos. Os aposentados e os pensionistas que denunciarem descontos indevidos nos benefícios terão os descontos suspensos e a margem consignada bloqueada até que o INSS apure a denúncia.

Antes da medida, o segurado conseguia a restauração da margem consignável de 30% dos benefícios após denunciar

supostas fraudes à Ouvidoria da Previdência, por telefone (Central 135), internet ou carta, e obter a suspensão dos descontos. Com a margem restabelecida, o segurado do INSS contraía novos empréstimos, endividando-se mais e ficando mais vulnerável ao assédio dos corretores bancários (chamados de “pastinhas”) e aos golpes dos estelionatários.

As pesquisas mostram que os idosos brasileiros estão despreparados para lidar com a oferta do crédito fácil, têm baixa escolaridade, são assediados não só pelas instituições bancárias, mas também pelos familiares e são presas fáceis dos criminosos. Encontrar mecanismos que realmente protejam os idosos não só do

juristas e dos estudiosos, mas também das entidades de consumidores e dos legisladores.

No Senado, há pelo menos meia dúzia de projetos que combatem fraudes e abusos. Um deles (PLS 222/2012), de Vital do Rêgo (PMDB-PB), inclui no Código de Defesa do Consumidor um dispositivo que proíbe o assédio para concessão de crédito,

especialmente a idosos, anal-fabetos e doentes. A proibição, que coíbe a ação dos “pastinhas”, também foi recomendada pelos juristas que apresentaram uma proposta específica para o superendividamento (PLS 283/2012). E foi mantida no relatório de Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Na Câmara, está na fase final de tramitação um projeto que torna crime o aliciamento, a indução ou qualquer outro meio que faça o idoso contrair empréstimos consignados de forma fraudulenta (PL 807/2011). O autor da proposta, deputado Marllon Sampaio (PMDB-PI), que foi titular da Delegacia do Idoso de Teresina, encaminhou ao ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho, um dossiê com os golpes que mapeou. Obteve do ministro a instalação de um posto do INSS dentro da delegacia, que funciona como projeto-piloto.

Segundo o senador Paulo Paim (PT-RS), que também tem projetos para combater as fraudes, um fator que faz dos aposentados vítimas preferenciais dos estelionatários é o vazamento criminoso de dados cadastrais: — É possível adquirir listas de cadastros até pela internet.

O lado ruim do acesso facilitado ao crédito

Os idosos brasileiros conquistaram o acesso ao crédito consignado em setembro de 2004, com a Lei 10.953. A autorização legal para o INSS descontar as prestações do empréstimo no valor dos benefícios é considerada uma experiência bem brasileira. Poderia ser considerado um avanço, que inexistia na maioria dos países, não fossem as consequências que transformaram idosos em presas fáceis do assédio dos bancos, seus intermediários — os conhecidos pastinhas — e até dos próprios familiares.

Essa avaliação pode ser extraída de uma pesquisa com 215 idosos de São Paulo e de Porto Alegre, feita entre 2006 e 2007 por especialistas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pelo Procon paulista. — É preciso ter regras claras que realmente funcionem, acabar com a ação dos intermediários e prestar muitas informações, em cursos e outras formas, para que os idosos possam enfrentar o assédio e decidir com mais segurança sobre o que querem fazer — recomenda o professor Johannes Doll, especialista em educação e envelhecimento e um dos responsáveis pela pesquisa.

O levantamento evidenciou a baixa escolaridade entre aposentados e pensionistas, mesmo sendo pessoas da classe média e da média baixa, segundo o professor. Quase 20% não tinham nenhuma escolaridade e 47,9%, apenas quatro anos. Ou seja, praticamente dois terços dos entrevistados mal sabiam ler e escrever. O que, de acordo com Doll, é compatível com os resultados da pesquisa feita em 2007 pela Fundação Perseu Abramo, em parceria com o Serviço Social do Comércio (Sesc), considerada uma das mais amplas sobre os idosos brasileiros, que ouviu 2.136 pessoas com mais de 60 anos de todas as regiões do país.

Pouco mais de um terço dos aposentados e pensionistas gaúchos e paulistas tinham consignado. Dos endividados, 41% disseram que a vida deles havia piorado e 35%, ao contrário, manifestaram melhora com o acesso ao crédito. Portanto, disse Doll, não se pode dizer que o crédito seja ruim. Mas há consequências perversas. — Pela baixa escolaridade, grande parte deles nem sabe o



O desconto de empréstimos nas aposentadorias inexistia na maioria dos países

que significa juro nem consegue avaliar os reflexos dos empréstimos na sua aposentadoria. A maioria viveu em uma época onde não havia facilidade de obter crédito — explica o professor, que também integra o Conselho Estadual do Idoso do Rio Grande do Sul.

A pesquisa mostrou que 33% dos endividados tiveram que reduzir drasticamente despesas pessoais, cortando compras de remédios, de mantimentos e até cancelando plano de saúde. Entre os motivos para se endividarem, despontou como o principal a ajuda a familiares, em geral filhos e netos. Alguns casos envolvem indiretamente os chamados acidentados da vida. Em um deles, por exemplo, a idosa se endividou para ajudar o filho a comprar um carro, no qual ele se deslocava para apoiar o pai hospitalizado. O filho vendeu o carro por dificuldades financeiras e à mãe restou a dívida no consignado. O segundo motivo foi fazer o empréstimo consignado para

reformar a casa. O terceiro foi pagar dívidas, aproveitando os juros mais baixos. E, em quarto, foram as doenças, separações e outros acidentes da vida.

— Os idosos formam um grupo grande e heterogêneo. Essa pressão dos familiares vale tanto para aqueles que ainda são chefes de família quanto para os que têm 80, 90 anos ou mais — explicou o especialista, que vem estudando a violência doméstica contra o idoso. Ele conta que já ouviu relato de aposentado dizendo que se não faz o crédito, apanha em casa.

Outro aspecto relevante é fazer com que as regras realmente funcionem. A margem consignável de 30% do benefício, que deveria ser um mecanismo de proteção aos aposentados e pensionistas, está sendo driblada de várias maneiras, inclusive com a compra das dívidas entre as instituições financeiras, a chamada portabilidade.

— Precisa haver um controle efetivo dessa margem — defendeu o especialista.

Prevenindo golpes

As regras que disciplinam o crédito consignado aos aposentados e pensionistas estão estabelecidas na Instrução Normativa 28 do INSS, que pode ser consultada na internet (<http://bit.ly/IN28INSS>). Ela traz orientações importantes que precisam ser verificadas por todos os beneficiários. Em caso de dúvida, o beneficiário também pode ligar para a Central 135. Conheça algumas dessas recomendações:

► Informe-se sobre quais são as **instituições financeiras** conveniadas com o INSS para operar com o crédito consignado e as taxas que elas praticam. O site da Previdência divulga sempre a lista atualizada. (<http://bit.ly/consignado>)

► A **taxa máxima** praticada atualmente é de 2,14% ao mês. O beneficiário tem que ficar atento, pois essa taxa tem que representar o custo efetivo da operação. O **número de parcelas** não pode ultrapassar 60 meses.

► Desde maio de 2006, está proibida a cobrança da **taxa de abertura de crédito** (TAC). Outra proibição é a contratação de **empréstimos por telefone**.

► Os **documentos** exigidos são CPF, documento de identidade ou carteira nacional de habilitação, ambos com fotografia.

► O INSS orienta os beneficiários que jamais passem seu cartão de benefícios ou sua senha bancária a **terceiros**. Não devem também passar dados pessoais caso alguém apareça em sua casa com promessas de acelerar a liberação do empréstimo.

► O **mais seguro** é procurar diretamente a instituição financeira de sua preferência, após avaliar bem as taxas oferecidas. O INSS deixa claro que nunca oferece crédito nem indica instituições financeiras.

► O valor máximo da renda a ser comprometida, ou seja, a **margem consignável**, não pode ultrapassar 30% do valor da aposentadoria ou pensão.

► Antes de fechar o contrato, a instituição deve informar o **valor total** financiado, a taxa mensal e anual de **juros, acréscimos** remuneratórios, moratórios e tributários, valor, número e periodicidade das **prestações** e a **soma total** a pagar por empréstimo. O beneficiário deve exigir sua via ao assinar o **contrato**.

► Se o beneficiário quiser **quitar** antecipadamente o empréstimo, a instituição financeira deve emitir, em até cinco dias úteis, o documento de pagamento detalhado, com o desconto para liquidação antecipada e o valor líquido a pagar. A instituição tem o mesmo prazo de cinco dias úteis para excluir o lançamento de desconto no benefício.

Idosos chegam a comprometer 100% da aposentadoria

Há 15 anos, quando um dos três filhos dele foi morto em um assalto em frente à residência da família, no Rio de Janeiro, o militar reformado Valter Barreto viu a vida virar de cabeça para baixo. Morava em uma casa ainda inacabada e estava se separando da mulher.

— Fiquei tão perdido, tão diferente, que nem conseguia fazer os cálculos do meu endividamento — lembra Barreto, que, aos 75 anos, luta judicialmente para tentar a renegociação de 16 empréstimos consignados, dos quais 10 em um único banco.

Caso emblemático do idoso que entra no ciclo do endividamento excessivo pelos chamados acidentados da vida, Barreto resolveu recorrer no ano passado à Defensoria Pública

do Rio, que mantém um núcleo de atendimento aos superendividados. Ele conta que só foi atendido porque o valor que restava da aposentadoria era muito baixo. Apesar da margem consignável de 30% do benefício estipulada em lei, o idoso comprometeu 65%.

— Entrei com um pedido para adequar os pagamentos ao limite legal — resume Barreto.

A possibilidade de quitar um empréstimo consignado com outro, em bancos diferentes, e o assédio dos chamados pastinhas explicam, segundo o aposentado, a ultrapassagem da margem consignável.

— Não posso culpar ninguém. Precisava do dinheiro. Mas tive muito assédio por telefone. Alguns me surpreendiam. Quando

me procuravam, já sabiam o valor das minhas dívidas — diz Barreto.

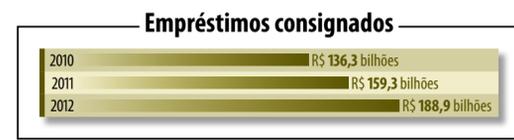
A indução ao endividamento abusivo é muito frequente, provocada não só pelo marketing agressivo das instituições financeiras na oferta do consignado e pelo assédio dos correspondentes, que recebem pelo número de contratos firmados. Muitas instituições burlam a margem legal quando induzem os idosos a transformar as contas exclusivas para recebimento de proventos ou pensões em contas correntes, passando a oferecer diversas modalidades de crédito, como os automáticos liberados nos caixas eletrônicos.

Por esse mecanismo, alguns idosos chegam a comprometer 100% da aposentadoria ou

pensão, impossibilitando a subsistência deles e das famílias, de acordo com as ocorrências analisadas pela Delegacia de Segurança e Proteção ao Idoso de Teresina, que produziu um farto material sobre abusos e fraudes nos consignados, entregue ao ministro da Previdência.

“Os abusos são tão grandes que muitas instituições averbam reserva de margem consignada (RMC) no órgão pagador, sendo comum a efetivação pelo INSS, sem qualquer autorização do titular do benefício”, registra o documento.

Os valores seriam para pagar faturas de cartões de crédito que, em muitos casos, conforme o dossiê, os idosos não receberam. Eles também enfrentam enorme dificuldade para cancelar a RMC.



Quadrilhas se especializam em obter dados de beneficiários para tomar empréstimos

Além dos abusos, há os golpes tramados por quadrilhas especializadas em assaltar os cofres da Previdência e os bolsos dos beneficiários. Na delegacia de Teresina, 59,2% dos 1.652 casos registrados em 2010 eram de crimes de natureza financeira contra o idoso. O mais comum é a ação dos “cartãozeiros”, que oferecem ajuda a idosos em dia

de pagamento, identificando-se como funcionários do banco.

Eles aproveitam a aproximação com a vítima para memorizar senha e fazer troca de cartões. Passam a movimentar as contas e fazer operações de crédito, causando prejuízos aos idosos. Segundo o dossiê, a maioria dos estelionatários é “andarilha”. Deslocam-se de uma cidade para

outra após os golpes, dificultando a identificação pela polícia. Em muitos casos, as agências bancárias demoram a liberar as imagens das câmeras de segurança, mesmo com a autorização das vítimas, o que dificulta ainda mais a ação imediata da polícia.

No início deste ano, o Ministério da Previdência alertou os beneficiários sobre um novo

golpe. Estelionatários estavam entrando em contato por telefone, identificando-se como integrantes do Conselho Nacional de Previdência Social, solicitando dados pessoais para fins ilícitos.

O ministério organizou uma força-tarefa com a Polícia Federal e o Ministério Público. Em março, foi desmantelada uma quadrilha que atuava em Mato Grosso do

Sul com ajuda de funcionários do próprio INSS. O golpe consistia em concessão fraudulenta de aposentadorias rurais a pessoas que nunca trabalharam no campo ou não tinham tempo para ter direito ao benefício. Obtida a aposentadoria, a quadrilha fazia empréstimos consignados. Cobrava R\$ 5 mil para cada benefício fraudado. Outra

quadrilha foi desarticulada em abril. Atuava no Tocantins e no Maranhão. Conseguia benefícios previdenciários com documentos falsificados em nome de índios da etnia guajajara. Para cada benefício, os criminosos faziam empréstimo consignado. Foram desviados R\$ 4 milhões da Previdência, causando prejuízo de R\$ 1 milhão a bancos.

Saiba mais

Lei 10.820/2003
<http://bit.ly/lei10820>

Lei 10.953/2004
<http://bit.ly/lei10953>

Instrução Normativa 28 do INSS
<http://bit.ly/IN28INSS>

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/jornal

Senadores trabalham em prol de medidas provisórias que auxiliam produtores rurais, inclusive do Nordeste, mediante incentivos tributários e renegociação de débitos



Produtores de álcool e de cana-de-açúcar são favorecidos em medida provisória já aprovada e em outra que será analisada hoje em comissão mista do Congresso

Renan anuncia sanção antecipada de MP que beneficia produtor de álcool

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, disse ontem, em Alagoas, que a presidente da República, Dilma Rousseff, deseja antecipar a sanção do projeto de lei de conversão da medida provisória que dá incentivos tributários a produtores de álcool (MP 613/2013). Após a sanção, os municípios

já poderão receber R\$ 1,5 bilhão previsto na medida. Essa primeira parcela será liberada até 15 de setembro. Uma segunda parcela, no mesmo valor, está prevista para 15 de abril de 2014.

Renan lembrou que a sanção do projeto de conversão materializa um compromisso

assumido pela presidente na Marcha dos Prefeitos, ocorrida em julho, em Brasília. No encontro, Dilma havia anunciado o repasse de R\$ 3 bilhões para ajudar o custeio de saúde e de educação dos municípios.

O senador garantiu que as cidades vão continuar recebendo toda a atenção dos

parlamentares. Ele lembrou que na próxima reunião do Congresso, agendada para 17 de setembro, será votada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2014, com redução da contrapartida mínima exigida de estados e municípios em contratos de convênio com o governo federal.

Tentativa de acordo sobre dívidas de agricultores

Renan anunciou que vai negociar com a equipe econômica do governo uma saída para a renegociação das dívidas dos produtores rurais da área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

— Para que aqueles que tiveram dívidas securitizadas também tenham acesso a crédito novo — afirmou.

Está marcada para o dia 17 sessão do Congresso para a votação do veto da presidente a alguns dos artigos da Medida Provisória (MP) 610/2013, conhecida com MP da Seca, que beneficia os agricultores endividados no semiárido. O Congresso modificou a MP original, tornando mais abrangentes as possibilidades de descontos dos débitos. O governo, porém, alega que não há dinheiro.

A MP foi aprovada pelo Congresso em 11 de julho e sancionada, com vetos, no dia 19 do mesmo mês.

Auxílio a setor de cana-de-açúcar será votado hoje

Deve ser votado hoje, em comissão mista, o relatório da Medida Provisória 615/2013, que autoriza subvenção econômica a produtores de cana-de-açúcar, entre outros assuntos. Na semana passada, o relator da proposta, senador Gim (PTB-DF), incluiu na MP o porte de armas por agentes penitenciários fora de serviço e a transmissão hereditária da licença para exploração de serviço de táxi.

Originalmente, a MP 615/2013 autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011-2012 de cana-de-açúcar e de etanol da Região Nordeste afetados pela seca que atingiu a região. O projeto autoriza também financiamento para renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros.

Por emenda, Gim estendeu os benefícios aos produtores do Paraná, que sofreram prejuízos com geadas no estado.



Relator, Gim incluiu na MP a transmissão hereditária da licença para taxistas

A subvenção será de R\$ 12 por tonelada de cana-de-açúcar — respeitado o limite de 10 mil toneladas.

Outra mudança no texto prorroga os prazos de pagamento de empréstimos dos produtores de cana-de-açúcar do Nordeste que permaneceram adimplentes apesar da seca. Para eles, as taxas de juros também cairiam de 8,75% para o índice praticado hoje de 3% ao ano.

O texto original da MP também regulamenta o mercado

de pagamento eletrônico. Passam a fazer parte do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), regido pela Lei 10.214/2001, os arranjos e empresas de pagamento que prestam serviço nessa área, como cartões de pagamento, moedas eletrônicas e transações de pagamento feitas por celular. Por outro lado, as instituições que trabalharem com essas modalidades ficam proibidas de exercer atividades típicas dos bancos, como conceder empréstimos.

A MP ainda estabelece

objetivos e princípios para o mercado e prevê que o Ministério das Comunicações, a Agência Nacional das Telecomunicações (Anatel), o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional (CMN) poderão incentivar o uso de celulares e outras formas de comunicação na efetuação de pagamentos.

Após leitura e aprovação na comissão mista que a examina, a MP 615, que perde a vigência em 16 de setembro, precisa ainda ser votada nos Plenários da Câmara e do Senado. A comissão mista é presidida pelo deputado João Arruda (PMDB-PR) e tem como vice-presidente o senador Eduardo Amorim (PSC-SE). O relator-revisor é o deputado Josias Gomes (PT-BA).

A reunião da comissão mista para votação do relatório está marcada para as 14h30, no Plenário 3 da Ala Alexandre Costa.

Comissão ouve secretário do Tesouro Nacional

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) fará hoje uma audiência pública com o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin. Entre os temas a serem debatidos, estão o superávit primário, a dívida bruta e líquida consolidada da União, dos estados e dos municípios, a política fiscal do governo e a concessão de garantia da União em operações de crédito interno e externo.

Na semana passada, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que as operações de crédito entre estados e organismos internacionais são uma “bomba-relógio”, especialmente com a recente desvalorização do real ante o dólar.

A previsão é de que a audiência comece às 10h30, após a reunião deliberativa da comissão.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Projeto que garante o direito aos profissionais do sistema prisional já foi aprovado pelo Congresso, mas acabou vetado pela Presidência

Arma para agente penitenciário causa divergência em debate

O DEBATE SOBRE o sistema prisional feito ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) foi marcado por divergências em relação a dois temas: porte de arma para agentes penitenciários fora de serviço e criação das polícias penitenciárias. Representantes dos agentes defenderam as duas medidas, previstas em propostas do Congresso, enquanto a Pastoral Carcerária se manifestou contra. Todos concordaram, porém, nas críticas às propostas de privatização de penitenciárias.

O porte de arma fora de serviço já foi aprovado pelo Congresso (PLC 87/2011), mas acabou vetado pela presidente Dilma Rousseff. Como protesto, há cerca de dois meses agentes mantêm acampamento diante do Congresso. No início de julho, eles se reuniram com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para pedir a derrubada do veto.

Na justificativa do veto, o governo afirma que o Ministério da Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos da

Presidência da República entendem que a ampliação do porte de arma fora de serviço implica maior quantidade de armas de fogo em circulação, na contramão da política nacional de combate à violência.

— Nós defendemos o porte de arma até por uma questão de sobrevivência — declarou Vilobaldo Carvalho, diretor da Federação Sindical Nacional dos Servidores Penitenciários (Fenaspen).

Carvalho lembrou que agentes foram assassinados fora do ambiente de trabalho e citou

caso de quem foi atacado dentro de casa, mas pôde se defender por estar armado. Na semana passada, surgiu outra possibilidade de porte de armas fora do expediente: Gim (PTB-DF) incluiu na MP 615/2013 emenda que permite o porte fora do trabalho.

A favor do veto

Vice-coordenadora nacional da Pastoral Carcerária, Petra Pfaller declarou que “a arma não é solução para a violência”. Ela reconheceu que muitos agentes foram assassinados,

mas salientou que é preciso conhecer as circunstâncias.

— Será que a arma teria evitado isso? — questionou.

Durante a campanha que fez a favor do veto, a Pastoral Carcerária argumentava que, “ao contrário de policiais, cuja atribuição é prevenir a criminalidade no seio da sociedade em geral, agentes penitenciários são civis encarregados de custodiar condenados, promover a disciplina e evitar fugas, o que se faz não pelo uso de armas, mas pelo exercício da boa administração prisional”.



Paim (C) preside audiência marcada pela polêmica sobre o porte de armas por agentes penitenciários fora do serviço

Coronel da reserva apoia proposta que cria as polícias penitenciárias

Outro ponto discutido foi a proposta de emenda à Constituição que cria as polícias penitenciárias (PEC 308/2004). Ao defender a PEC, Amauri Meireles, coronel da reserva da Polícia Militar de Minas Gerais, argumentou que a medida garantiria maior profissionalismo. Segundo ele, a polícia penal seria dividida em dois ramos: um responsável pela custódia dos presos e outro formado por um corpo técnico responsável pela ressocialização deles.

A vice-coordenadora nacional da Pastoral Carcerária discordou de Meireles. Para

Petra Pfaller, a polícia tem uma tarefa que é exercida “fora dos muros dos presídios”, preventiva e investigativa, enquanto os responsáveis pela custódia de quem infringiu a lei são os agentes penitenciários civis, que precisam ter boa formação, plano de carreira e salário.

— Cabe aos agentes penitenciários civis promover a disciplina e evitar fugas. E isso não se faz com o uso da força, mas sim pelo exercício de uma boa administração penitenciária. Não queremos a militarização dos presídios. Não concordamos com a polícia penal — disse Petra.

Privatização das prisões é rejeitada por todos os participantes da audiência

Ao comentar a hipótese da privatização de prisões, Petra Pfaller sustentou que a medida seria inconstitucional e traria uma lógica comercial ao sistema prisional, “na qual se ganha um lucro enorme em cima dos presos”.

— Já visitei prisões privatizadas. São aparentemente limpas e bonitas, mas a dignidade é descartada — afirmou.

Também criticaram a privatização Jarbas Santos de Souza e Vilobaldo de Carvalho, ambos da Federação Sindical Nacional

dos Servidores Penitenciários. Assim como a vice-coordenadora da Pastoral Carcerária, Vilobaldo reiterou que essa é uma função indelegável do Estado. Jarbas de Souza disse que a busca do lucro pode trazer várias distorções.

Já o coronel Amauri Meireles fez uma analogia entre o sistema prisional e a aviação.

— Alguém já viajou de avião com piloto terceirizado? — perguntou Amauri.

O debate foi conduzido por Paulo Paim (PT-RS).

Profissional tem que ser valorizado, afirma representante do governo

Para que as prisões brasileiras sejam humanizadas, deve-se valorizar os presos e quem cuida deles, disse Deise Benedito, assessora da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

— Não é possível conceber que um agente cuide de 100 ou 150 pessoas. Nessas condições, ele não consegue desempenhar sua função.

Em muitos casos, lembrou Deise, presos e agentes penitenciários convivem em prisões que são como “pocilgas”. Para ela, valorizar não só presos, mas também os agentes, torna possível fazer prevalecer os direitos humanos nas prisões.

Deise afirmou que o sistema prisional é um modelo esgotado: a pessoa é presa, reincide no crime e não sai do círculo vicioso. Por isso, disse ela, é preciso avaliar quais

são as medidas alternativas.

A representante do governo acredita que presos não são violentos quando são tratados com respeito e em situação de igualdade.

— Visitei presídios em que os presos são obrigados a colocar as mãos para trás e não podem olhar para seus chamados superiores — contou.

Ela falou sobre influência dos meios de comunicação. Afirmou que a Justiça muitas vezes é pressionada a atender uma demanda midiática — quando um caso “ganha uma proporção tal, que quem faz o julgamento não é mais o juiz, mas a mídia”.

— Há bons profissionais na mídia. Mas há maus profissionais que vivem da audiência e incitam a violência. Dizem: “Tem que bater! Tem que matar!”. É preciso cuidado com o que se fala e como se fala — advertiu Deise.



Deise Benedito vê a necessidade de também valorizar agentes penitenciários

Kátia Abreu propõe conter invasões de terras por índios

Kátia Abreu (PSD-TO) apresentou ontem em Plenário projeto de lei que visa impedir



que terras invadidas por índios sejam desapropriadas para demarcação de reservas. A parlamentar mencionou as crescentes ocupações em vários estados e disse que “não há mais quem aguente” as invasões por índios, salientando que as pequenas propriedades são as mais prejudicadas.

— Tentamos construir um diálogo. Mas, a cada dia que passa, ao invés de diminuir a insegurança jurídica, ao invés de diminuir as invasões por parte dos índios nas áreas de produção do país, elas estão aumentando — lamentou.

Segundo o projeto de Kátia Abreu, a terra invadida não poderá ser demarcada, medida ou vistoriada por dois anos, estendendo-se a vedação por igual período em caso de reincidência. Para ela, o projeto “não beneficia nem prejudica ninguém”, mas resgata o dever do Estado de conter as invasões.

Cícero Lucena aponta falência da segurança pública na Paraíba

Cícero Lucena (PSDB-PB) criticou ontem em Plenário o



que considerou como a “falência da política de segurança pública na Paraíba”.

De acordo com o parlamentar, nos últimos anos o número de assaltos a estabelecimentos comerciais em João Pessoa vem “crescendo assustadoramente”, chegando, por exemplo, a 101 ocorrências em postos de combustíveis de janeiro até a segunda semana de agosto deste ano.

Cícero informou que o Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis do Estado da Paraíba recomendou aos associados o fechamento dos postos às 18h, numa tentativa de reduzir os prejuízos.

— Não quero acreditar que o toque de recolher do crime está imperando no comércio de João Pessoa — protestou o senador.

Ele cobrou do governo da Paraíba o pagamento da gratificação do risco de vida para policiais e bombeiros do estado.

CPI da Espionagem deve ser instalada hoje

Senadores pretendem investigar quais empresas de telecomunicação que atuam no Brasil colaboraram com os Estados Unidos na transferência de dados sigilosos

ESTÁ PREVISTA PARA hoje a instalação da CPI da Espionagem, que terá 11 titulares e 7 suplentes e foi criada para investigar denúncia de que o governo americano monitorou milhões de e-mails e telefones no Brasil.

Ontem senadores comentaram em Plenário a notícia de que serviços de inteligência dos Estados Unidos espionaram a presidente Dilma Rousseff e assessores, conforme denunciado no domingo pelo programa *Fantástico*, da Rede Globo.

O Brasil seria um dos países mais vigiados, revelou o jornalista norte-americano Glenn Greenwald, que vive no Rio de Janeiro, à Comissão de Relações Exteriores (CRE) em



Marcos Oliveira / Agência Senado



Lia de Paula / Agência Senado



Reprodução/WGNTV

Vanessa propôs a CPI para investigar as revelações feitas por Greenwald com base em informações vazadas por Snowden

agosto. Greenwald colaborou com a reportagem.

Ele foi o responsável por expor programas secretos dos Estados Unidos com base em dados vazados pelo ex-técnico da Agência de

Segurança Americana (NSA) Edward Snowden. Segundo o jornalista, documentos em análise, que podem ser divulgados a qualquer momento, trazem informações estratégicas sobre a política

e o comércio do Brasil.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que propôs a apuração, afirmou que a CPI deverá investigar quais empresas de telecomunicação no país estariam colaborando com os

Estados Unidos por meio de transferência de dados sigilosos e também avaliar medidas para aumentar a segurança da informação.

— Nos dedicaremos ao estudo, ao conhecimento do grau de segurança do nosso país em relação a essas interceptações — disse a senadora.

Ontem os ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, cobraram dos Estados Unidos explicações, por escrito e formais, sobre as denúncias.

Eles reiteraram ser inadmissível aceitar qualquer tipo de violação, mas evitaram mencionar futuras providências que deverão ser tomadas contra os Estados Unidos.

Rollemberg sugere que Dilma cancele visita aos EUA

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) sugeriu que Dilma cancele visita oficial aos Estados Unidos agendada para outubro. O senador acredita que o cancelamento da viagem vai servir para mostrar o repúdio do Brasil contra a espionagem praticada por aquele país. Para ele, a espionagem contra Dilma é absolutamente inaceitável.

— O Brasil precisa efetivamente se preparar para este novo momento das relações mundiais, em que os investimentos na área de defesa, os investimentos em ciência, tecnologia e inovação são absolutamente fundamentais para garantir a segurança nessa área — afirmou.

Segundo Rollemberg, o orçamento brasileiro para a área de cibernética em 2012 foi de R\$ 111 milhões, porém apenas 31% do total foi gasto.

Rollemberg aproveitou para parabenizar o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso por ter suspenso, em decisão liminar, a sessão da Câmara que decidiu não cassar o mandato do deputado Natan Donadon (sem partido-RO). Para o senador, o ministro agiu corretamente ao suspender os efeitos “da vergonhosa sessão”.

Braga pede voto de censura ao governo norte-americano

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), anunciou que vai requerer voto de censura ao governo dos Estados Unidos. Ele manifestou o “mais veemente repúdio” à espionagem do governo brasileiro por parte do governo americano.

O senador afirmou que as novas denúncias aumentam a importância da CPI. Segundo Braga, trata-se de “clara e indisfarçável violação dos sagrados princípios de soberania nacional”. Ele destacou a gravidade das denúncias, que levaram a presidente a convocar o embaixador americano em Brasília, Thomas Shannon. Lembrou também a recusa do vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, à proposta do ministro da Justiça brasileiro de estabelecer acordo para interceptação de dados.

— A negativa de Biden deixou evidente a intransigência em violar os princípios de soberania das nações.

Para Braga, resta ao Brasil adotar providências capazes de garantir a segurança de dados dentro do território nacional e, no plano externo, recorrer à ONU e outras instituições para garantir a soberania dos países-membros.

Para Ana Amélia, segurança é desculpa para arapongagem

Ana Amélia (PP-RS) disse que as denúncias de espionagem de autoridades brasileiras pelos Estados Unidos requerem explicação do governo norte-americano. Para ela, esse é um dos maiores desafios do novo ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo.

A senadora manifestou solidariedade à presidente Dilma Rousseff e a seus assessores “pela inaceitável, abominável e criminosa espionagem”.

Ana Amélia disse que violar a privacidade por meio de espionagem ou qualquer outro mecanismo de investigação ilegal é desrespeitar o direito individual e coletivo e, sobretudo, a soberania de uma nação.

— Espionar chefes de Estado estrangeiros é um procedimento inadequado e inaceitável, sobretudo quando se usa a defesa da segurança nacional como justificativa para a arapongagem transnacional — afirmou.

Para Ana Amélia, “fica claro”, com a divulgação, que a espionagem foi efetivamente realizada, pois os documentos mostram que as conversas de Dilma e seus assessores foram monitoradas e rastreadas por modernos programas de investigação.

Ferraço quer que ministro explique como país reagirá

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), classificou de “violência inadmissível” a espionagem feita pelos Estados Unidos à presidente Dilma Rousseff.

Para o senador, “trata-se de um desrespeito a princípios e valores dos mais caros à civilização”. Ferraço, no entanto, disse que não está surpreso com a notícia:

— Sinceramente o fato não me surpreendeu. Os indicativos que tínhamos até então mostravam que o nível de espionagem praticado pelos americanos não tem limites — afirmou.

Ferraço informou que vai propor na CRE o convite ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para que ele possa explicar para os senadores qual é a condução do caso pelo governo brasileiro.

Pelas redes sociais, Cyro Miranda (PSDB-GO) disse que a espionagem americana é um “fato gravíssimo e inaceitável, um verdadeiro atentado à soberania do Brasil e de todos os outros países violados”.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), por sua vez, lembrou a instalação no Senado da CPI da Espionagem, prevista para hoje.

Suplicy espera que o episódio seja superado em breve

Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou preocupação com a espionagem da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos.

— Espero que esse episódio seja superado antes da viagem da presidente Dilma Rousseff aos Estados Unidos — disse, lembrando que a visita está programada para o final de outubro.

O senador informou que enviou uma carta ao presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, por meio da embaixada americana no Brasil, manifestando preocupação com a paz mundial e pedindo que o país repense uma possível intervenção militar na Síria.

Suplicy lembrou que os Estados Unidos estudam uma intervenção militar diante da comprovação do uso de armas químicas pelo governo da Síria contra a população civil. De acordo com a imprensa internacional, quase 1.500 pessoas morreram no ataque, incluindo mais de 400 crianças.

Na carta, Suplicy defendeu o uso de formas pacíficas de pressão. O senador disse esperar que toda a comunidade internacional colabore com solução pacífica em várias regiões de conflito no mundo.



Investimentos em tecnologia são fundamentais, afirma o senador



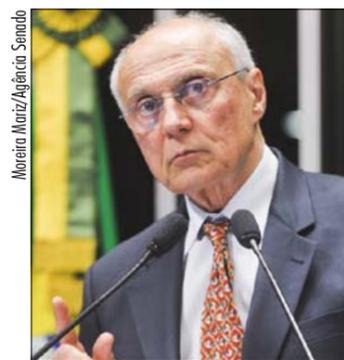
As novas denúncias aumentam a importância da CPI, segundo Braga



Na visão de Ana Amélia, espionar chefes de Estado é algo inaceitável



Ricardo Ferraço: ação dos Estados Unidos foi “violência inadmissível”



Suplicy também enviou carta a Obama pedindo paz na Síria